encaminharem para atendimento hospitalar, descobriram junto a Receita Federal, que o CPF do referido cidadão havia sido cancelado em face a óbito ocorrido na cidade de Belém em 2006, inclusive com registro efetuado perante a 2º Cartório de Registros de Pessoas Naturais.

Após análise inicial decidimos pela instauração do presente procedimento o que fizemos através da Portaria nº 001/2010-MP-PJRP, determinando em seguida as seguintes diligências:

I – Fosse oficiado ao 2º Cartório de Registros de Pessoas Naturais solicitando cópia de todos os documentos que serviram de base para a lavratura do registro de óbito de Benedito Cartágenes ocorrido em 19/10/2006, bem como fosse também enviada a 2º via da certidão de óbito e solicitado a Promotoria de Vila Velha cópias das declarações lá prestadas por Benedito Cartágenes.

Às fls. 75 foi juntado o ofício nº 239/2010 de 23 de março de 2010 do 2º Cartório de Registros de Pessoas Naturais, que endereça cópias dos documentos solicitados, consoante se vê às fls. 76, declaração de óbito, comunicação de óbito fls. 77, certidão de óbito 2º via fls. 78, cópia de certidão de casamento fls. 79.

Às fls. 82 requisitamos do INSS informações acerca de pagamento de benefício decorrente do perecimento de Benedito Cartágenes. Às fls. 84/89 foram juntadas os documentos enviados pelo INSS apontando como cõnjuge beneficiária de pensão a Sra. Maria Ina Santos Cartágenes.

Às fls. 92 consta ofício oriundo da Promotoria de Vila Velha informando não ter em tal Promotoria qualquer declaração prestada por Benedito Cartágenes.

Às fls. 94/98 consta termo de declarações prestadas por Maria Ina Santos Cartágenes, viúva de Benedito Cartágenes e de José de Ribamar Araújo, irmão do falecido. Na ocasião foram apresentados e juntados aos autos cópias de documentos e fotografias de Benedito Cartágenes consoantes fls. 99/109.

Às fls. 110 foi determinada a expedição de Precatória para Promotoria de Vila Velha a fim de tomar por depoimento as declarações do então tido lá como Benedito Cartágenes. Precatória esta devolvida sem o depoimento pelas razões já apontadas em ofício anterior.

Às fls. 113 consta termo de declaração prestada pela senhora Luiza Cristina Castelo Branco Guedes de Oliveira titular do Cartório do 2º Ofício de Registro de Pessoas Naturais.

Às fls. 114/122 consta cópias de documentos dos irmãos de Benedito Cartágenes.

É o Relatório
CONCLUSÃO

Ouvidos os depoimentos dos familiares do inumado, foi dito pela então viúva, que se casou com Benedito Cartágenes em 27/12/1962, na cidade de Guimarães Estado do Maranhão, gerando dessa união cinco filhos, que seu marido era marítimo e como tal trabalhou em várias empresas de navegação viajando não só pelo Brasil, mas também pelo mundo e que recordava ter o mesmo perdido um documento, mas que não soube informar que documento foi esse.

Ficou esclarecido também que Benedito Cartágenes, era comandante de navio, e que embarcava e desembarcava em diversas cidades do País, como comprovado pela carteira profissional.

Que seu marido tinha outros irmãos, que não possuem o sobrenome CARTÁGENES, pois quando criança fora criado por um tio, pessoa que o registrou dando-lhe o sobrenome "Cartágenes" o que diferencia dos demais irmãos.

O irmão de Benedito Cartágenes ouvido as fls. 97, confirmou o vínculo parental, com aquele que está inumado no cemitério Max Domini I, apesar da diferença do sobrenome por razões explicadas pela viúva.

Em depoimento prestado pela Titular do 2º Cartório de Registros Civil de Pessoas Naturais da Capital, Sra. Luiza C. Castelo Branco Guedes de Oliveira, esta afirmou que o Registro de Óbito; Livro 00188 fls. 066 nº 0097504, referente ao óbito de Benedito Cartágenes, foi realizado de acordo com legislação vigente, após a apresentação da Declaração de Óbito, firmado pela médica Dra. Gisely Pascoal e demais documentos exigidos como; certidão de casamento do falecido e nascimento dos filhos, além de CPF e identidade e que a declaração de óbito apresenta todos os requisitos legais para sua validade, não havendo dúvidas do óbito ocorrido daí porque efetuou o registro. Que não havia indícios de falsificação da declaração de óbito vinda do hospital, o que às vezes pode acontecer, mas que no caso presente não ocorreu.

O art. 77 da Lei nº 6.015/73, fixa como condição para sepultamento a certidão do Oficial, após a lavratura do óbito, em vista do atestado médico, se houver no lugar, exigência legal que foi regularmente cumprida pela Sra. Registradora, após o recebimento da "Declaração de Óbito" firmada pela médica que atestou o óbito e de toda a documentação pessoal do "de cujus" e de sua família, numa demonstração inequívoca de que o verdadeiro BENEDITO CARTÁGENES, viveu nesta cidade de Belém, onde construiu uma vida não só familiar, como também social e profissional.

Diante desses fatos concluímos pela regularidade do Registro de Óbito lavrado no Livro 00188 fls. 066 sob o termo de nº 0097504 do 2º Cartório de Registros de Pessoas Naturais da Capital, que tem como falecido Benedito Cartágenes por ter preenchido todos

os requisitos dos arts. 77 e 80 da Lei 6.015/73.

Concluímos também ser o cidadão que em Vila Velha se apresenta como Benedito Cartágenes um impostor que utiliza documento perdido pelo verdadeiro Benedito Cartágenes, devendo assim ser enviada cópia destes autos à Promotoria de origem a fim de que tome as providências cabíveis, inclusive no sentido de fazer a apreensão da carteira de identidade utilizada pelo mesmo, com o nome do "de cujus".

Em decorrência desta decisão, oficie-se ao INSS, para informar da regularidade do Registro de Óbito de Benedito Cartágenes, bem como a Receita Federal, para manter o cancelamento do CPF de Benedito Cartágenes em razão do Óbito regular.

Oficie-se também desta decisão a Província Franciscana da Imaculada Conceição de Vila Velha-ES.

Dê-se ciência desta decisão a viúva Sra. Maria Ina Santos Cartágenes.

Dê-se ciência também a Sra. Registradora do Cartório do 2º Ofício de Registro de Pessoas Naturais da Capital Dra. Luiza Cristina Castelo Branco Guedes de Oliveira.

Publique-se. Arquive-se.

Belém 23 de agosto de 2010.

WILTON NERY DOS SANTOS

2º Promotor de Justiça de Registros Públicos.

**PORTARIAS PGJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 148194
PORTARIA Nº 3451/2010-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ofício nº 068/2010/MP/CPADS, de iniciativa do Sr. Wagner Aragão Sales, Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, protocolizado sob o nº 27961/2010, em 2/8/2010;

R E S O L V E:

SOBRESTAR a Sindicância Administrativa Investigatória, instaurada por meio da Portaria nº 2145/2010-MP/PGJ, de 26/5/2010, publicada no D.O.E. de 9/6/2010, a contar de 12/8/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de agosto de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3453/2010-MP/PGJ

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 369/2010/CNMP/CN/GAB/SN, datado de 30/6/2010, protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 25786/2010, em 14/7/2010, o qual originou o Processo Administrativo Burocrático nº 533/2010/PGJ; CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR Sindicância Investigatória, por infração, em tese, ao art. 177, inciso IX, alínea b, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, objetivando a apuração das irregularidades cometidas e, se for o caso, posterior aplicação das sanções administrativas cabíveis.

II – DETERMINAR que os servidores estáveis WAGNER ARAGÃO SALES (Presidente), JACIREMA JENNY NUNES GOMES e MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO, integrantes da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, constituída através da PORTARIA Nº 4188/2009-MP/PGJ, de 29/10/2009, apurem os fatos relatados.

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 201, parágrafo único, do mesmo Diploma Legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 19 de agosto de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3454/2010-MP/PGJ

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 060/2010-MP/COORD/PÓLO/ATM, protocolizado sob o nº 24531/2010, em 5/7/2010, o qual originou o Processo Administrativo Burocrático nº 428/2010/PGJ;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR Sindicância Apuratória, por infração, em tese, ao art. 177, incisos IV e VI e art. 178, inciso XVI, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, objetivando a apuração das irregularidades cometidas e, se for o caso, posterior aplicação das sanções administrativas cabíveis.

II – DETERMINAR que os servidores estáveis WAGNER ARAGÃO SALES (Presidente), JACIREMA JENNY NUNES GOMES e MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO, integrantes da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, constituída através da PORTARIA Nº 4188/2009-MP/PGJ, de 29/10/2009, apurem os fatos relatados.

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 201, parágrafo único, do mesmo Diploma

Legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 19 de agosto de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 148227

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
(MDS e MP)**

Nº do Acordo de Cooperação: 006/2010-MDS.

Partes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério Público do Estado do Pará.

Objeto: Manutenção da cooperação recíproca entre os signatários, consolidando a Rede Pública de Fiscalização no que se refere ao resguardo e controle de bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família (PBF), Programas Remanescente e Cadastro Único (CadÚnico).

Vigência: 20/07/2010 a 19/07/2015

Valor: -

Dotação Orçamentária: -.

Fonte de Recurso: -.

Foro: Brasília

Data da Assinatura: 19/07/2010

Endereço das Partes: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 5º andar, Brasília/DF e Rua João Diogo nº 100, CEP: 66015-160, Bairro Cidade Velha, Belém/PA; respectivamente.

**EXTRATO DA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR - 2010
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 148242**

**EXTRATO DA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR - 2010**

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 – art. 15, § 1º)

DATA E HORA – 23.08.2010, das 10h00 às 11h.

LOCAL – Plenário "Octávio Proença de Moraes", no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. PRESENTES – Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional, com delegação; Dra. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, Corregedora-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Dr. LUIZ CESAR TAVARES BIBAS, Secretário do Conselho Superior, em exercício; Dra. ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, Dr. RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, Dra. MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS, Conselheira Convocada e Dr. ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO, Conselheiro Convocado.

DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

1. Retificação do Edital n.º 017/2010/MP/CSMP, publicado no D.O.E nº 31732, de 17.08.2010, que anunciou a abertura de vaga para os cargos de 2º Promotor de Justiça de Tucuruí, pelo critério de merecimento, e 2º Promotor de Justiça de Altamira, pelo critério de antiguidade. O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO do despacho proferido pela Procuradoria-Geral de Justiça que indeferiu pedido de suspensão da licença-maternidade da Promotora de Justiça Alessandra Rebelo Cios, para assumir o cargo de 2º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá e DECIDIU, à unanimidade, invalidar a vacância do cargo de 2º Promotor de Justiça de Tucuruí, tendo em vista que a vaga somente ficará disponível, quando a referida Promotora de Justiça assumir efetivamente o exercício das funções do cargo de 2º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá, ao término da licença, na forma do art. 128, § 3º da Lei Complementar n.º 057/2006. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU ainda republicar o Edital n.º 017/2010/MP/CSMP para preenchimento do cargo de 2º Promotor de Justiça de Altamira, que deverá ser disponibilizado pelo critério de merecimento, haja vista o sobrestamento da vacância do cargo de 2º Promotor de Justiça de Tucuruí.

2. Julgamento de Processo de Vitaliciamento de Promotor de Justiça:

2.1. Processo de Vitaliciamento do Promotor de Justiça JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO, previsto inicialmente para o dia 29/08/2010 (Protocolo nº 24209/2010). A Conselheira Relatora, Dra. ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO efetuou o relatório favorável ao vitaliciamento e o Conselho Superior, diante do disposto no inciso VI do art. 85 da Lei Complementar nº 057/2006, DECIDIU, à unanimidade de votos, confirmar na carreira o Promotor de Justiça JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO, nos termos da proposta da Corregedoria-Geral do Ministério Público e do voto da Conselheira Relatora, para que o Membro adquira a garantia constitucional da vitaliciabilidade, em 29.08.2010, se nenhum fato novo, superveniente e prejudicial vier a ocorrer até a data do efetivo vitaliciamento.

3. Distribuição de Processos de Vitaliciamento de Promotor de Justiça:

3.1. Distribuição do Processo de Vitaliciamento do Promotor de Justiça ADLEER CARDERARO SIROTHEAU, previsto para o dia 11/10/2010 (Protocolo nº 29880/2010). O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela distribuição dos presentes autos, o que coube, através de sorteio, à Exma. Conselheira, Dra. ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO.

3.2. Distribuição do Processo de Vitaliciamento do Promotor